

Reportagem

Escravidão: Trabalho multa destilaria

Fiscalização do Ministério constatou a precariedade da situação dos índios, como a Folha denunciou

Luiz Taques

Campo Grande (MS) A Destilaria de Alcool Brasilândia - Debrasa, que fica em Brasilândia (MS), a 400 quilômetros de Londrina, foi multada no final do mês passado em mais de R\$ 30 milhões pelo Ministério do Trabalho, por manter seus funcionários, especialmente os índios, em regime de semi-escravidão. No dia 2 de maio deste ano, a Folha de Londrina denunciou que os índios kaingang estavam trocando a miséria institucionalizada nas reservas do Norte do Paraná pela miséria promovida na usina pertencente ao primo de Tereza Collet, José Pessoa Queiroz Bisneto.

Além da multa, o Ministério do Trabalho determinou o imediato retorno dos índios menores de 14 anos às aldeias. No início deste mês, a Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul determinou que a Debrasa registre em carteira os 1.300 índios que trabalham na empresa como cortadores de cana-de-açúcar. O ofício foi entregue na destilaria por agentes do Ministério acompanhados de policiais federais.

Na Debrasa, como denunciou o Jornal, os índios cumpriam jornadas diárias de até 12 horas, não tinham registro em carteira, trabalhavam praticamente em troca de comida e dormiam em alojamentos que mais pareciam pocilgas. Parece que só a Comissão Especial de Investigação constituída pela Funai que passou três dias na empresa, em julho, não constatou a precariedade com que os índios eram tratados.

Menores A denúncia chegou ao Ministério do Trabalho através do presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Francisco Urbano, e de dois deputados federais do PT do Mato Grosso do Sul que leram a reportagem da Folha e pediram providências ao ministro Walter Bar-



Foto: Roberto Brullino

Mal esclarecidos, os índios não sabem que até o banho no rio (chamado balneário pela Debrasa) é descontado na folha de pagamento

li. A providência do ministro foi mandar (do Distrito Federal para inspecionar a Debrasa) a secretaria nacional de Fiscalização, Vera Tarobá, a secretária de Segurança e Saúde, Raquel Rigoto, o secretário de Relações do Trabalho, José Luiz Rica, e o procurador-geral do Trabalho, João Pe-

dro Passos. "A DRT (Delegacia Regional do Trabalho) constatou índios menores de 14 anos de idade cortando bitucas das seis da tarde às seis da manhã" - revela o delegado do Trabalho do Mato Grosso do Sul, Orlando Costa Marques Leite, um engenheiro civil de 44

anos, no cargo desde o último dia 25 de junho e que também participou da fiscalização. A contratação de crianças, principalmente para trabalhos noturnos e insalubres, é proibida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Quando vamos buscar os índios nas aldeias,

de vez em quando embarca um menor escondido no ônibus, mas depois nós o levamos de volta" - justificou na época à Folha, o gerente agrícola da empresa, Antonio Gigliotti. **Insegurança** A justificativa não é verdadeira. Dos 1.300 in-

díos (apenas 120 são do Paraná - o restante vem do interior do Mato Grosso do Sul) trabalhando no corte da cana, o Ministério do Trabalho encontrou pelo menos 55 entre 10 e 16 anos. "Nenhum deles é assegurado por qualquer lei trabalhista" - informa o delegado Orlando Costa Marques. A usina também não proporciona aos bóias-frias, sejam eles índios ou brancos, qualquer tipo de segurança no trabalho. "pois desempenham suas funções sem nenhuma proteção de equipamentos".

O delegado do Trabalho classifica como degradante as condições de higiene, saúde e segurança dos índios na Debrasa. "com alojamentos que mais se assemelham a chiqueiros". Orlando Costa Marques constatou também que, depois de todos os descontos no salário, os kaingang, guarani e kaiová, só ganham o suficiente para comprar comida para poucas semanas. "Eles ainda enfrentam más condições de alojamento, de alimentação e de atendimento médico".

Safra Apenas 300 brancos trabalhavam até o mês passado na Debrasa. A explicação é que o índio, segundo o gerente agrícola Antonio Gigliotti, produz em média 15% a mais que o bóia-fria branco. A Debrasa está produzindo, em 11 mil e 700 hectares, 52 milhões de litros de álcool e deve faturar nesta safra perto de US\$ 12 milhões.

"Encontramos índios ganhando R\$ 1.500, R\$ 1.800 por mês, e "cabecantes" (responsáveis pelo trabalho dos índios) entre R\$ 30 mil e R\$ 80 mil" - esclarece o delegado do Trabalho, Orlando Costa Marques. É que o "cabecante" (que pode ser o próprio cacique ou um líder indicado por ele) recebe, em média, 15% sobre a produtividade do grupo que comanda. O detalhe é que o "cabecante" não pega no pesado.

VIDE-VERBUM

Empresa cobra banho no rio e jogo em campinho

O Ministério do Trabalho constatou que quando o índio é contratado pela Debrasa, ele assina em branco a sua filiação na associação recreativa da empresa. Ao lado dos alojamentos dos kaingang e guarani das reservas de São Jerônimo da Serra, Barão de Antonina (Norte do Paraná) e de Tamarama, distrito de Londrina, passa um rio. Também perto dos barracos há um campinho de futebol.

Lavando suas roupas, tomando banho no rio ou jogando bola no campinho sem gramado é que os índios têm os únicos momentos de lazer. Só que eles pagam por isso. A destilaria desconta de todos, para essa tal associação, o banho ou as peladas.

"É optativo, como prevê a Constituição, o trabalhador se filiar ou não a um sindicato ou associação, só que a empresa não avisa aos índios esse direito e passa a cobrar o banho e o jogo" - informa o delegado do Trabalho, Orlando Costa Marques. "Ninguém nem sabe que está assinando uma autorização para ser descontada em folha". O rio é cha-

modo de balneário pela Debrasa. "Além da exploração, aos índios são negadas as únicas oportunidades de lazer" - acusa a antropóloga e professora da Universidade Estadual de Londrina, Marcolina Carvalho. "Cobrar do índio o banho no rio é um absurdo que não tem tamanho". A Funai, para ela, não tem uma política que vá de encontro aos interesses dos índios.

"No papel, a Funai defende os índios, mas na prática, não". Historicamente, em todos os conflitos ocorridos nas terras e nas reservas, segundo a professora Marcolina Carvalho, a Funai pendeu muito pouco para o lado dos índios. "A Funai sempre esteve muito mais a serviço dos grandes grupos econômicos, dos fazendeiros, das mineradoras".

Se fosse penalizar a empresa por cada irregularidade, afirma o delegado do Trabalho do Mato Grosso do Sul, a Debrasa pagaria uma verdadeira fortuna. Apenas as infrações cometidas contra os 1.300 índios, por exemplo, resultariam numa multa de mais de R\$ 35 milhões. (L.T.)



Como o banho de rio, os jogos no campinho também são cobrados pela destilaria, conforme constatou a fiscalização do Ministério do Trabalho

Relatório da Funai isenta a Debrasa

"Os colchões encontram-se em péssimo estado de conservação. Feitos em espuma, os próprios índios encarregam-se de sua destruição, no mais das vezes usando a espuma como papel higiênico".

"É notória a falta de higiene na cozinha, embora a culpa parece residir exclusivamente aqueles (sic) que a utilizam".

"Foi possível apurar ser do 'cabeçante' a culpa pela omissão no atendimento médico, já que deveria encaminhar os pacientes para atendimento ambulatorial e não fez".

Todos os argumentos acima, que poderiam ser atribuídos aos diretores da Debrasa numa tentativa de justificar a precária situação dos índios, são na verdade do advogado Antônio Pedro Marques, da assistente social Evelise Viveiros Machado e do técnico agrícola Mauro Capelaria, funcionários de carreira da Funai que estiveram nos dias 28, 29 e 30 de julho deste ano na Destilaria de Alcool Brasilândia para apurar as denúncias publicadas quase três meses antes pela Folha. Os três secretários nacionais, o procurador do Trabalho e o delega-

do do Ministério do Trabalho confirmaram, no final de setembro, o conteúdo do relatório da Comissão Especial de Investigação da Funai. Só que não culpavam os índios por todas essas irregularidades.

Registro A falta de registro dos índios em carteira pela Debrasa parece ser um dos únicos pontos em comum da investigação dos funcionários da Funai e a da fiscalização dos técnicos do Ministério do Trabalho. "Todo contrato de trabalho tem caráter individual e se formaliza com as anotações de seu conteúdo na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Isto equivale a dizer que o empregador tem por obrigação registrar o contrato de labor do empregado na CTPS. Não o fazendo, arrisca-se às penalidades administrativas previstas em lei. A Carteira de Trabalho, na verdade, é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rústica e ainda que temporário".

Folha - Vocês sabiam, por exemplo, que o índio paga para tomar banho no rio e jogar bola?

Evelise Viveiros: Não. Mauro Capelari: Não. O que vimos, está escrito no relatório.

Morno O chefe regional da Funai em Londrina, Vlamir Antonio da Silva, classificou como "morno" o documento elaborado pelo seus três funcionários e diz que a Funai é hoje um órgão desprestigiado. "É uma coisa maquiada por setores da sociedade que não aceitam o índio como uma cultura diferenciada e por isso não respeitam os seus direitos".

"Examinadas minuciosamente as condições de trabalho dos indígenas na fazenda, os membros da comissão chegaram à conclusão de que laborou um certo exagero o autor das denúncias" - diz um dos trechos do documento de 17 páginas assinado pelo advogado, a assistente social e o técnico agrícola da Funai. "A Funai não pode camuflar a realidade" - ataca a antropóloga Marcolina Carvalho. Em setembro, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, também denunciou o trabalho servil a que os índios são submetidos na empresa do primo de Tereza Collor, em reportagem de página inteira.

Vantagem Muitas das irregularidades encontradas pela Comissão da Funai são de responsabilidade dos "cabeçantes" que forçam os índios a jornadas desgastantes para faturar mais. O técnico agrícola Mauro Capelari traça o perfil do "cabeçante" como um fiel seguidor da lei de Gerson, isto é, aquele que quer levar vantagem em tudo.

"O 'cabeçante' não passa de um 'gato' (agenciador de mão-deobra) e, como ele é mais esclarecido, sabe contar, escrever, ele se torna um capataz da usina, uma espécie de homem de confiança" - define o administrador da Funai, Vlamir Antonio da Silva. "Nessas situações, o 'cabeçante' sente-se menos índio, e mais branco, e esquece que está explorando o próprio irmão".

A Delegacia Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul já marcou reunião com os diretores da Debrasa para tentar acertar a situação dos índios. Os integrantes da Comissão de Investigação da Funai se limitaram, em julho, apenas a fazer reivindicações. (L.T.)



A situação dos índios foi denunciada em maio pela Folha